

# ESTATUTOS DE ASSOCIAÇÃO

DE

## SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Capítulo I

#### Denominação, sede e âmbito da acção e fins

##### Primeiro

1. A Associação NOVA ALIANÇA – CENTRO SOCIAL é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com sede na Avenida Gomes Pereira, número Quarenta e Um-Primeiro Andar, Lado Esquerdo, Freguesia de Benfica, em Lisboa, adiante designada por “Instituição” ou “Associação”;
2. A actuação da Associação é de âmbito Nacional.

##### Segundo

A Associação NOVA ALIANÇA – CENTRO SOCIAL tem por objecto a criação e manutenção das seguintes actividades: Jardim de infância, actividades de tempos livres, centro de dia, lar de idosos, apoio à toxicodependência e ainda a edição de publicações para difusão, informação; formação educacional, ensino pré-primário, primário e secundário.

##### Terceiro

Para a realização dos seus objectivos, a Instituição propõe-se criar e manter as seguintes actividades:

- a) Jardim de Infância;
- b) Actividade de Tempos Livres;
- c) Centro de Dia;
- d) Lar de Idosos;
- e) Apoio à Toxicodependência;
- f) E ainda a edição de publicações para difusão, informação, formação educacional e ensino pré-primário, primário e secundário.

#### Quarto

A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade constarão de Regulamentos Internos elaborados pela Direcção.

#### Quinto

Um – Os serviços prestados pela Instituição serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.

Dois – As tabelas de comparticipação dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

### Capítulo II

#### Dos Associados

#### Sexto

Podem ser associados pessoas singulares maiores de dezoito anos e as pessoas colectivas.

#### Sétimo

Haverá duas categorias de associados:

Um – Honorários – As pessoas, que através de serviços ou donativos, dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Instituição, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral.

Dois – Efectivos – As pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação, obrigando ao pagamento de jóia e quota mensal, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

#### Oitavo

A qualidade de associado prova-se pela inscrição no livro respectivo que a Associação obrigatoriamente possuirá.

#### Nono

São direitos dos Associados:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
- c) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária nos termos do número três, do artigo vinte e nove;

- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de quinze dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo.

#### Décimo

São deveres dos Associados:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas, tratando-se de associados efectivos;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos Corpos Gerentes;
- d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.

#### Décimo Primeiro

Um – Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo décimo ficam sujeitos às seguintes sanções:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão de direitos até trinta dias;
- c) Demissão.

Dois – São demitidos os sócios que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a Associação.

Três – As sanções previstas nas alíneas a) e b) do artigo número um, são da competência da Direcção.

Quatro – A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

Cinco – A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do número um só se efectivarão mediante audiência obrigatória do associado.

Seis – A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

#### Décimo Segundo

Um – Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos no artigo nove, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.

Dois – Os associados efectivos que tenham sido admitidos há menos de seis meses não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do artigo nove, podendo assistir às reuniões da Assembleia Geral mas sem direitos.

Três – Não são elegíveis para os Corpos Gerentes os associados que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos directivos da Associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções

#### Décimo Terceiro

A qualidade de Associado não é transmissível quer por acto quer por sucessão.

#### Décimo Quarto

Perdem a qualidade de associados:

Um – a) Os que pedirem a sua exoneração;

b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses;

c) Os que forem demitidos nos termos do número dois do artigo onze.

Dois – No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se eliminado o sócio que, tendo sido notificado pela Direcção, para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de trinta dias.

#### Décimo Quinto

O Associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à Associação, não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

### Capítulo III

#### Dos Corpos Gerentes

## Secção I

### Disposições Gerais

#### Décimo Sexto

São Orgãos da Associação a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

#### Décimo Sétimo

O exercício de qualquer cargo nos corpos Gerentes é gratuito mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.

#### Décimo Oitavo

Um- A duração do mandato dos Corpos Gerentes é de três anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de dezembro do último ano de cada triénio.

Dois – O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições.

Três – Quando a eleição tenha sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse deverá ter lugar dentro do prazo estabelecido no número dois, ou no prazo de trinta dias após a eleição, mas, neste caso, e para efeitos do número um, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.

Quatro – Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos Corpos Gerentes.

#### Décimo Nono

Um – Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada Orgão Social, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.

Dois – O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior, coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

## Vigésimo

Um- Os membros dos Corpos Gerentes só podem ser eleitos consecutivamente para dois mandatos, para qualquer Órgão da Associação, Salvo se a Assembleia Geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.

Dois – Não é permitido aos membros dos Corpos Gerentes o desempenho simultâneo de mais de um cargo na mesma Associação.

Três – O disposto nos números anteriores aplica-se aos membros da Mesa da assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.

## Vigésimo Primeiro

Um – Os Corpos Gerentes são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

Dois – As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

Três – As votações respeitantes às eleições dos Corpos Gerentes ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

## Vigésimo Segundo

Um – Os membros dos Corpos Gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

Dois – Além dos motivos previstos na lei, os membros dos Corpos Gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:

- a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

## Vigésimo Terceiro

Um-Os membros dos Corpos Gerentes não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.

Dois-Os membros dos Corpos Gerentes não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.

Três-Os fundamentos das deliberações sobre os contractos referidos no número anterior deverão constar das actas das reuniões do respectivo Corpo Gerente.

#### Vigésimo Quarto

Um- Os associados podem fazer-se representar por outros sócios nas reuniões da Assembleia Geral em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesam, com a assinatura notarialmente reconhecida ou com a exibição do Documento de Identificação mas, cada sócio, não poderá representar mais de um associado.

Dois-É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da Ordem de Trabalhos e a assinatura do associado se encontrar reconhecida notarialmente ou com a exibição do Documento de Identificação.

#### Vigésimo Quinto

Das reuniões dos Corpos Gerentes serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem as reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva Mesa.

### Secção II

#### Da Assembleia Geral

#### Vigésimo Sexto

Um-A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há, pelo menos, três meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.

Dois-A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõe de um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

Três-Na falta ou impedimento de qualquer membro da Mesa da Assembleia Geral, competirá eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

#### Vigésimo Sétimo

Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os Trabalhos da Assembleia, representá-la designadamente:

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais.
- b) Conferir posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

#### Vigésimo Oitavo

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros Orgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da associação;
- b) Eleger e destituir por votação secreta, os membros da respectiva Mesa e a totalidade ou a maioria dos membros dos Orgãos Executivos e de Fiscalização;
- c) Apreciar e votar anualmente o Orçamento e o Programa de Acção para o exercício seguinte, bem como o Relatório e Contas da Gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração do estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- f) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma Instituição e respectivos bens;
- g) Autorizar a Associação a demandar os membros dos Corpos Gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;
- h) Aprovar a adesão a Uniões, Federações ou Confederações.

#### Vigésimo Nono

Um – A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:

- a) No final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para a eleição dos Corpos Gerentes;



- b) Até trinta e um de Março de cada ano para discussão e votação do Relatório e contas da gerência do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
- c) Até quinze de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do orçamento e programa de acção para o ano seguinte.

Três- A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, dez por cento dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

#### Trigésimo

Um-A Assembleia Geral deve ser convocada com, pelo menos, quinze dias de antecedência pelo Presidente da Mesa, ou seu substituto, nos termos do artigo anterior.

Dois-A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido para cada associado ou através de anuncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área da Sede da Associação e deverá ser afixada na Sede e noutros locais de acesso publico, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

Três-A Convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

#### Trigésimo Primeiro

Um-A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou uma hora depois com qualquer número de presentes.

Dois-A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

#### Trigésimo Segundo

Um-Salvo o disposto no numero seguinte, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.

Dois-As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), f), g) e h) do artigo vinte e oito só serão válidas se obtiverem o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos votos expressos.

Três-No caso da alínea e) do artigo vinte e oito, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um numero de associados igual ao dobro dos membros dos Corpos Gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o numero de votos contra.

### Trigésimo Terceiro

Um-Sem prejuízo do disposto no numero seguinte, são anuladas as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.

Dois-A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de acção civil ou penal contra os membros dos Corpos Gerentes pode ser tomada na secção convocada para apreciação do balanço e relatório e contas de exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

## Sessão III

### Da Direcção

### Trigésimo Quarto

Um-A Direcção da Associação é constituída por cinco membros dos quais um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.

Dois-Haverá simultaneamente igual numero de suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.

Três-No caso de vacatura do cargo de Presidente será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente e este substituído por um suplente.

Quatro-Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direcção mas sem direito a voto.

### Trigésimo Quinto

Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Orgão de Fiscalização o Relatório e Contas de Gerencia, bem como o Orçamento e Programa de Acção para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da Lei;
- d) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da Associação;
- e) Representar a Associação em Juízo ou fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos Orgãos da Associação.

#### Trigésimo Sexto

Compete ao Presidente da Direcção

- a) Superintender na administração da Associação orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) Representar a Associação em Juízo ou fora dele;
- d) Assinar e rubricar o livro de actas da Direcção;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam, de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direcção na primeira reunião seguinte.

#### Trigésimo Sétimo

Compete ao Vice-Presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

#### Trigésimo Oitavo

Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da Direcção e superintender nos servços de expediente;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria.

## Trigésimo Nono

Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da Associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receitas e despesas;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas conjuntamente com o Presidente;
- d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

## Quadragésimo

Compete ao Vogal coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições exercer as funções que a Direcção lhe atribuir.

## Quadragésimo Primeiro

A Direcção reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do Presidente e obrigatoriamente pelo menos uma vez por mês.

## Quadragésimo Segundo

Um-Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direcção, ou as assinaturas conjuntas do Presidente e Tesoureiro.

Dois-Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e Tesoureiro.

Três-Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

## Secção IV

### Do Conselho Fiscal

## Quadragésimo Terceiro

Um- O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um presidente e dois Vogais.

Dois – Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas pela ordem em que tiverem sido eleitos.

Três – No caso de vacatura do cargo de Presidente será o mesmo preenchido pelo Primeiro Vogal e o deste por um Suplente.

#### Quadragésimo Quarto

Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da Lei e dos Estatutos e designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escritura e documentos da Instituição sempre que o julgue por conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do Orgão executivo sempre que o julgue conveniente;
- c) Dar parecer sobre o relatório, conta e orçamento e sobre todos os assuntos que o Orgão executivo submeta à sua apreciação.

#### Quadragésimo Quinto

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele Orgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

#### Quadragésimo Sexto

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgue conveniente, por convocação do Presidente e obrigatoriamente, pelo menos, uma vez em cada trimestre.

### Capitulo IV

#### Disposições Diversas

#### Quadragésimo Sétimo

São receitas da Associação:

- a) O produto das Jóias e Quotas dos Associados;
- b) As participações dos utentes;
- c) Os rendimentos de bens próprios;

- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- e) Os subsídios do Estado ou de Organismos oficiais;
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- g) Outras receitas.

#### Quadragésimo Oitavo

Um – No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação e vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.

Dois – Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do Património Social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.

#### Quadragésimo Nono

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

#### Quinquagésimo

Um – Durante o prazo máximo de dois anos, a contar da data da publicação dos presentes Estatutos e enquanto a Assembleia Geral não proceder à eleição dos Corpos Gerentes, nos termos estatutários, a Associação será dirigida por um comissão instaladora com a seguinte composição:

- Natálio Dias Marques
- Francisca Bárbara Vaz Dias Marques
- Maria Helena Fernandes Pina

Dois – Enquanto a Assembleia Geral não deliberar sobre o montante da Jóia e da Quota mínima, serão as mesmas fixadas, provisoriamente, pela comissão instaladora, em mil escudos e cinquenta escudos, respectivamente, sem prejuízo do valor que posteriormente vier a ser fixado.